

### 3. PUBLICIDADE

a) *Acórdão n.º 384/2003 do Tribunal Constitucional* – Chamado a pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade do artigo 22.º-B do Código da Publicidade, por pretensa violação do direito a informar e do direito à iniciativa privada, constitucionalmente consagrados, o Tribunal Constitucional entendeu e decidiu não julgar inconstitucional a referida norma. De facto, considerou que o citado artigo do Código da Publicidade se limita a estabelecer restrições ao exercício daqueles direitos e que tais limites não só não atingem o núcleo essencial dos mesmos, como se justificam por razões de interesse geral – “o evitar o aproveitamento da ignorância, do medo, da crença e da superstição dos consumidores relativamente à oferta de bens ou serviços a que são atribuídas, sem uma objectiva comprovação científica, determinadas características ou efeitos, ditos milagrosos, nos domínios físico, psicológico, económico e outros da pessoa humana”.

### 4. CRÉDITO AO CONSUMO

a) *Acórdão de 16.12.2003 da Relação de Lisboa* – Nos termos do artigo 6.º do DL n.º 359/91, impõe-se a efectiva entrega ao consumidor de uma exemplar do contrato de crédito no momento da assinatura daquele. A falta dessa entrega gera a nulidade só invocável pelo consumidor.

## ÍNDICE

Apresentação .....	3
O CDC – Centro de Direito do Consumo .....	7
Sessão de Abertura do 6.º Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumo .....	17
Discurso na sessão de abertura do 6º Curso de Pós-graduação em Direito do Consumidor Ano lectivo 2003/2004 <i>António Pinto Monteiro</i> .....	19
Aspectos jurídico-públicos da protecção dos consumidores <i>António M. Barbosa de Melo</i> .....	23
Doutrina .....	43
Intervenção de sua Excelência o Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro <i>José Luís Arnaut</i> .....	45
<i>Mário Tavares Mendes</i> .....	49
Reflexões em torno da qualidade e dos direitos dos consumidores na compra de habitação <i>Joaquim Carrapiço</i> .....	53
El Libro Verde sobre la protección de los Consumidores en la Unión Europea <i>Javier Lete Achirica</i> .....	67

Julgados de paz Cidadania e Justiça <i>J. O. Cardona Ferreira</i> .....	87
As cláusulas contratuais gerais na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça <i>Luís António Noronha Nascimento</i> .....	99
Garantias na venda de bens de consumo a transposição da directiva 1999/44/CE <i>António Pinto Monteiro</i> .....	123
Os direitos dos consumidores como direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976 <i>José Carlos Vieira de Andrade</i> .....	139
A protecção do consumidor contra as práticas comerciais desleais e agressivas. <i>Luís Manuel Teles de Menezes Leitão</i> .....	163
Princípios relativos aos deveres de informação no comércio à distância <i>Paulo Mota Pinto</i> .....	183
Vendas com prejuízo <i>Carolina Cunha</i> .....	207
O contrato de trabalho de adesão no Código de Trabalho: notas sobre a aplicação do regime das cláusulas contratuais gerais ao contrato de trabalho <i>Alexandre Mota Pinto</i> .....	243
A protecção do consumidor e o comércio electrónico na jurisprudência portuguesa <i>Edgar Taborda Lopes</i> .....	269
Os caminhos nacionais da Defesa do Consumidor: Europa, mas pouco <i>Teresa Almeida</i> .....	303
“Tendências Recentes sobre a Protecção do Consumidor na União Europeia” <i>Luís Silveira Rodrigues</i> .....	311

<b>Trabalhos de Estudantes do Curso</b> .....	321
O direito dos contratos e a autonomia da vontade. A protecção especial dos consumidores <i>Roberto Wider</i> .....	323
Juizados especiais e Julgados de Paz <i>Arthur Narciso de Oliveira Neto</i> .....	351
A Extensão do Conceito de Consumidor em Face dos Diferentes Sistemas de Protecção Adotados por Brasil e Portugal <i>Tiago Machado de Freitas</i> .....	391
Contratos à Distância <i>Delminda de Assunção Costa Sousa e Silva</i> .....	423
<b>Legislação</b> .....	457
Legislação relevante em matéria de Direito do Consumidor .....	459
<b>Jurisprudência</b> .....	465
Jurisprudência relevante em matéria de Direito do Consumidor .....	467